

## ACERCA DE FALAS DA TERRA – ECOLOGIA E TRADIÇÃO

---

Ana Paula Guimarães  
Luís Cancela da Fonseca

O projecto *Falas da Terra – Ecologia e Tradição* surgiu quando à disciplina de Literatura Tradicional Oral apeteceu o transborde: a detecção de paradigmas ambientais, a descrição da fisionomia da terra.

- quer enquanto solo arável: terra, corpo feminino lavrado e semeado pelo corpo masculino (o arado e a semente) ou terra tal como a quadra seguinte reiteradamente a refere:

Eu sou devedor à terra  
A terra me está devendo  
A terra me paga em vida  
E eu pago à terra em morrendo.<sup>1</sup>

Também o órgão por excelência do ser humano (porque garantia do amor e, por isso, da vida), o coração, é, no Cancioneiro, apresentado como herdade, coutada, terra literalmente *cavada* para *semear* saudades, sempre com o objectivo de *falar* – ou não fosse o lugar da *fala* o lugar do encontro, do diálogo:

O meu coração é terra  
Hei-de mandá-lo cavar  
Para semear saudades  
Que tenho de te falar.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Citada de cor.

<sup>2</sup> Leite de Vasconcellos, Cancioneiro Popular Português II. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1979, p. 29. (doravante os cancioneiros leitianos, volumes I, II e III (1975, 1979, 1983) serão sucintamente referidos: CPPI, CPPII e CPPIII.

- quer enquanto planeta vivo. A hipótese de Gaia, “nome que os antigos Gregos usavam para designar a deusa Terra”<sup>3</sup>, considera que a “evolução dos organismos é de tal modo inseparável da evolução do seu ambiente físico e químico, que juntos constituem um único processo evolutivo, auto-regulável.” Propõe Lovelock, com Lynn Margulis:

Desta forma, tanto o clima como a composição das rochas, o ar e os oceanos, não se limitam a ser fornecidos pela geologia, são também consequência da presença da vida. Através da actividade incessante dos organismos vivos, as condições existentes no planeta têm-se mantido favoráveis à ocupação pela vida durante os últimos 3,6 biliões de anos. *Qualquer espécie que afecte negativamente o ambiente, tornando-o menos favorável para a sua descendência, acabará por ser expulsa*, tão seguramente como os membros mais fracos de uma espécie, que não consigam passar o teste da adaptação evolutiva.<sup>4</sup>

Subjaz a esta intenção programática um pressuposto de actuação urgente: a tarefa de investigação universitária pode revelar-se um “monitor de saúde”, uma máquina criada pela engenharia para assegurar que o sinal de falha seja detectado “suficientemente cedo para permitir uma cura em vez de uma tragédia.”<sup>5</sup> Talvez aquilo a que Lovelock chamou a “prática científica da medicina planetar” passe também – quem sabe – pela Literatura e pela pesquisa operada sobre os textos.

Porque a lei da evolução adaptativa ou da selecção natural funciona tanto para as espécies, habitantes do planeta, como para os conteúdos leccionados e seus modos de os transmitir, propomos que este projecto, eco de cursos e conferências, se desenvolva na vontade inabalável de construção de resultados se não novos (não são notícias), decerto originais (porque trarão consigo “o pulsar da nascente longínqua”<sup>6</sup>). Vemo-lo como um trabalho *in progress*, certamente nunca resultante da ambição curricular acumulativa...

(“A produção ininterrupta de obras de exegese e crítica de autores, pintores, escultores e compositores, já centenas de vezes analisados e

---

<sup>3</sup> James Lovelock, *Gaia: A Prática Científica da Medicina Planetar* (1991). Lisboa, Instituto Piaget, 1996, p. 21.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 39 (subl. nosso).

<sup>5</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>6</sup> George Steiner, *Presenças Reais*. Lisboa, Presença, 1993, p. 35.



classificados, provoca um prazer efémero, benignas ilusões de importância e, com sorte, uma certa segurança profissional e um rendimento modesto a todo o género de almas de segunda”<sup>7)</sup>

... não esbanjando recursos, nem acumulando desperdício.

(“Só no campo da literatura moderna, calcula-se que as universidades russas e ocidentais somam cerca de trinta mil teses de doutoramento por ano. A biblioteca de um *college* ou universidade tipo terá de armazenar cerca de três ou quatro mil publicações periódicas na área das humanidades”<sup>8)</sup>

Advogamos a produção de um saber *desinteressado*, que não invista na “bolsa da sensação momentânea”<sup>9)</sup>, que aja com sobriedade, visando aquilo que talvez faça falta à investigação académica, uma verdadeira ecologia do espírito.

Acentuamos com Alain Renaut:

limpar o terreno de certas construções antigas que o ocupam e se tornaram inabitáveis, e colocar, seguidamente, pelo menos algumas pedras ou encher algumas fundações na base das quais a reconstrução pudesse ser considerada.<sup>10)</sup>

O princípio de que se partiu, motivado pelo desafio de cada um de nós ao outro (Ana Paula Guimarães<sup>11)</sup> e Luís Cancela da Fonseca<sup>12)</sup> é o de que os textos tradicionais oferecem material notável para a construção daquilo a que Luc Ferry chama “uma fenomenologia dos sinais do humano na natureza”<sup>13)</sup> de forma a poder-se aceder, também pela via da reflexão sobre estas produções textuais, tanto a uma consciencialização do que na natureza pode

---

<sup>7)</sup> *Idem*, p. 31.

<sup>8)</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>9)</sup> *Idem*, p. 35.

<sup>10)</sup> *Universidade e Cultura*. Lisboa, Colibri, 1997, p. 9.

<sup>11)</sup> Professora Associada da F.C.S.H., directora do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, investigadora do Centro de Tradições Populares Portuguesas Manuel Viegas Guerreiro. Publicação mais recente: *Nós de Vozes – Acerca da Tradição Popular Portuguesa*. Lisboa, Colibri, 2000.

<sup>12)</sup> Biólogo, professor da Universidade do Algarve, membro do IMAR/Laboratório Marítimo da Guia, ex-director do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, actualmente investigador do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR)

<sup>13)</sup> Luc Ferry, *A nova ordem ecológica*. Lisboa, Asa, 1993.

e deve ser valorizado, quanto a um entendimento das complexas relações entre ambiente natural e ambiente humanizado.

Assim sendo, e para apresentar e estudar o meio ambiente tal como o expõe a tradição popular portuguesa aqui entendida enquanto *reserva natural de saberes*, o grupo de investigadores do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional começou por desdobrar o mapa da representação do corpo e das suas manifestações a nível do cosmos nomeadamente espaço, tempo, alimentação e morte. Considerou-se com particular insistência a figura do animal por ser o mediador por excelência entre o ser humano e a natureza. Fica para continuar um trabalho de levantamento de ocorrências relativamente a outros aspectos ainda não exaustivamente tratados: estruturas de parentesco, habitação e mobiliário, personagens, profissões, vestuário, têxteis, cores e cheiros, números, objectos, os (cinco?) sentidos, por exemplo.

A detecção e análise das ocorrências lexicais dos motivos referidos bem como os seus contextos, poderá contribuir para o conhecimento de comportamentos literais e simbólicos a nível do imaginário português e poderá dar a entender com fundamento e sem a habitual superficialidade a atitude ecológica subjacente ao ‘corpus’ tradicional, o qual, embora relevante, tem sido ignorado a nível da programação educacional precisamente por não ter afe-rido de investigação universitária rigorosa mas ter estado sempre à mercê de estudos apaixonados de amadores. Confronte-se, aliás, esta atitude com a do país vizinho onde todo o respeito pela identidade se nutre de um profundo conhecimento do património cultural de cada região.

Uma vez que o desconhecimento do manancial imenso da tradição portuguesa tem causado irreversíveis lesões no património nacional não apenas em termos materiais mas também em termos sociais e culturais, urge um trabalho sistemático de investigação sobre esses volumes, fruto do trabalho de etnólogos como, por exemplo, Adolfo Coelho ou Leite de Vasconcellos. De notar que, há já dez anos, Alan Dundes da Universidade de Berkeley, California, sem dúvida um dos maiores folcloristas mundiais, recebeu com efusivo aplauso um dos poucos estudos consagrados à obra deste último. Mais recentemente, o historiador José Mattoso insistiu publicamente na importância do estudo das “modalidades concretas através das quais se exprime a mentalidade popular”<sup>14</sup> de forma a poder-se finalmente “medir o seu significado, descobrir o seu funcionamento, enfim, reconstituir as estruturas mentais em que elas se inserem.” E adianta o historiador referindo-se a este tipo de investigação: “Esta é, pois, uma daquelas investigações em ciências humanas que podem ser mais úteis aos historiadores porque lhes dá um fio condutor para se poderem mover no frondoso campo da cultura popular”.

---

<sup>14</sup> Prefácio de José Mattoso à obra de Ana Paula Guimarães, *Olhos, Coração e Mãos no Cancioneiro Popular Português*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 9.



Por outro lado, uma das prioridades dos programas de investigação e educação ambiental parece ser a documentação sobre a visão e percepção da natureza pela parte das próprias populações (num âmbito a que se terá convencionalmente chamar etnoecologia). O contributo destas *Falas da Terra* seria, pois, o de começar a oferecer alguns primeiros dados sobre a forma como a tradição popular portuguesa conta ou canta o seu ambiente (projecto que, em última instância, se inseriria no âmbito dos estudos que Cheryll Burgess Glotfelty propôs denominar de “ecocriticism”<sup>15</sup>).

Sendo este um programa nascido da Literatura, ele cruza-se, no entanto, interdisciplinarmente, com outros domínios como a Etnologia, a História, a Filosofia, a Biologia e Zoologia. Sendo a Antropologia, por excelência, uma ciência interdisciplinar (procurando na biologia, paleontologia, pré-história, etnologia, demografia, psicologia e matemática, por exemplo, dados que lhe surgem como essenciais e que passa a integrar), este projecto ganha em inserir-se num quadro antropológico ainda que não seja efectivado com base em trabalho de terreno mas sim em solo textual. Consideramos que o texto oralmente transmitido (em determinada fase da sua existência materialmente grafado) manifesta dados essenciais sobre o imaginário humano ainda que dele se não saiba, muitas vezes, dizer mais do que: “é assim porque é assim”, “assim ouvi assim repito”. Este conformar-se à tradição indicará porventura eixos estruturais do pensamento, não menos importantes do que os que decorrem de um discurso produzido para o informante durante um trabalho sistemático de terreno. Por alguma razão, estes textos, mais ou menos literários, sobrevivem. Sem ilustrar mentalidades, escapando-lhes, por vezes admiravelmente.

Que este método de conjugação das chamadas ciências, artes e/ou humanidades nos conduza *agora por escrito* não apenas à formação pelo saber (o conceito humboldtiano de “Bildung durch Wissenschaft”) mas sobretudo à *formação do saber*. Muito do que nas páginas de *Falas da Terra* se regista tende a ser continuamente feito e recriado. Estamos laborando – juntos – em terras por arrotear.

François Jacob, autoridade nas chamadas ciências da vida, ratifica este processo de trabalho que tem vindo a ser praticado por um de nós e que no parágrafo anterior foi realçado pelo hífen. Trata-se da pesquisa universitária e da tentativa de criação de saber, ora em dupla, ora em equipa. Decerto melhor do que as nossas, as palavras de Jacob explicitam esta tendência para a conjugação de esforços em determinadas áreas do conhecimento:

---

<sup>15</sup> *The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology* (org. Cheryll Glotfelty e Harold Fromm). University of Georgia Press, 1996.

Porque é que as duplas representaram um papel tão importante? Porque é que esta época e esta disciplina (refere-se à biologia) foram tão propícias à formação de duplas? Foi devido ao carácter interdisciplinar desta investigação? Ou à diversidade das técnicas usadas nestas investigações vindas de domínios diferentes? À complexidade das experiências? Tudo isto me parece pouco provável. Muito mais do que o lado experimental, foi sobretudo o aspecto teórico que permitiu às duplas exhibir os seus talentos e provar a sua eficácia. Quando uma ciência está a dar os primeiros passos, quando a paisagem ainda está indefinida e aberta é quando existem mais oportunidades para imaginar teorias e construir modelos. Ora, para cozinhar teorias e modelos, é melhor ser dois que um só. O monólogo interior convém menos a este exercício que o diálogo de dois espíritos habituados a cooperar, a debater, a criticar-se um ao outro, a confrontar duas maneiras diferentes de considerar o mundo.<sup>16</sup>

Consideremos a dupla, gente da literatura, gente da biologia. Apresentemo-la com Luís Cancela da Fonseca, pai da ideia da qual Ana Paula Guimarães se sente mãe, constituindo o desafio no perscrutar o ambiente nos textos tradicionais para avaliar do regime de alterações ao longo dos tempos...

## ECOLOGIA

Ecologia consiste no estudo científico das interacções que determinam a distribuição e abundância dos organismos<sup>17</sup> – e isto é o que se pode considerar ecologia em termos de ciência. Todavia, hoje em dia, ecologia tem, para o cidadão comum, um sentido eminentemente político, associado a movimentos ou partidos vulgarmente conhecidos por “verdes”. Ou seja, neste caso estamos em presença não de Ecologia, mas antes de uma ideologia, o “Ecologismo” a qual, apesar de se fundamentar numa ciência, constitui já uma abordagem não científica da realidade, extrapolando a partir da ciência normas de conduta e princípios ético-morais que porventura, nada terão de científico. E isto não é inédito: veja-se o Marxismo, baseado na economia! Evidentemente que se uma tal visão tem ‘defensores’, cedo deu origem ao aparecimento dos seus ‘detractores’ (Guy Biolat<sup>18</sup> e João Bernardo<sup>19</sup>, entre outros). Apesar de tudo, os problemas que cada vez mais se

---

<sup>16</sup> *O Ratinho, a Mosca e o Homem*. Lisboa, Gradiva, 1997.

<sup>17</sup> Charles J. Krebs, *Ecology. The experimental analysis of distribution and abundance*. (4<sup>th</sup> edition), Harper Collins, College Publishers, 1994.

<sup>18</sup> Guy Biolat, *Marxismo e meio ambiente*. Lisboa, Seara Nova, 1977.

<sup>19</sup> João Bernardo, *O inimigo oculto. Ensaio sobre a luta de classes. Manifesto anti-ecológico*. Lisboa, Afrontamento, 1979.



fazem sentir a nível planetário, fruto de uma galopante e profunda intervenção do Homem em todos os domínios, parecem dar razão aos ‘defensores’, neste assomar do século XXI (veja-se a propósito a abordagem de H.D. Rosa e J.A. Guerreiro<sup>20</sup>).

A tomada de consciência dos problemas ambientais globais por parte de um número cada vez mais significativo de cidadãos, surgiu, assim, como corolário das filosofias “ecologistas”, sendo hoje em dia complementada pelas noções de conservação da biodiversidade e de sustentabilidade. Veja-se o que diz Gomes Guerreiro<sup>21</sup>:

a contradição em que vivemos manter-se-á enquanto o homem estiver convencido de que só o crescimento contínuo e exponencial lhe permitirá alcançar a felicidade e o bem estar.

E o mesmo autor continua um pouco adiante:

A prosperidade social assenta na competição darwinista das mercadorias, no lucro a curto prazo, nos preços, custos e outras variáveis que caracterizam a Economia de um mundo capitalista a que podemos designar por ‘subjectivas’: não se preocupa com a intervenção nos sistemas naturais da biosfera, na formação do produto bruto; apenas se preocupa com o que se passa a jusante deste. A Ecologia, pelo contrário, estuda o funcionamento daqueles sistemas a montante do produto final, nos seus diferentes componentes e níveis tróficos. Estes incluem os elementos bióticos e abióticos que fornecem os recursos da biosfera que há muito suporta, como hóspede, um Ser dependente e de constituição frágil mas que, munido de cérebro, possui enorme capacidade de imaginação, de mando, de intervenção e decisão que o tem levado a produzir e a consumir o produto ou colheita da biosfera em ritmo exponencial, muito superior ao da sua regeneração homeostática.

Com tal capacidade de intervenção desastrosa, temos que nos assumir sem rodeios como responsáveis pelo destino do planeta, leia-se, da vida e sua evolução neste planeta. Isso mesmo tem vindo a ser afirmado internacionalmente e cada vez com mais veemência, pelo que a gestão dos ecossistemas, dir-se-ia de toda a biosfera, constitui um acto de extrema urgência. A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Seus Recursos, desde há muito consciente destes problemas, propôs, em 1980, uma Estraté-

---

<sup>20</sup> H.D.Rosa & J.A.Guerreiro, Ambiente e inovação tecnológica. in: *Portugal no Limiar do Século XXI*. Cadernos SEDES, nº 5: 95-163, 1991.

<sup>21</sup> M. Gomes Guerreiro, *O Homem na perspectiva ecológica*. Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, 1999, p. 90.

gia Mundial de Conservação<sup>22</sup>, na qual definiu conservação como “o ordenamento da utilização da biosfera pelo Homem de tal modo que desta se possa retirar o máximo benefício continuado para as gerações actuais, mantendo entretanto o seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras”. Assumia-se, desta forma, pela primeira vez e claramente que conservação e ordenamento das actividades humanas eram indissociáveis. Foi todavia necessária mais uma década para que o conceito de Desenvolvimento Sustentável emergisse de modo a entrar no vocabulário mundial com a conferência do Rio de Janeiro, em 1992, reconhecendo-se ainda que desenvolvimento e conservação são conceitos interdependentes.

Assim, nos últimos anos, a discussão do conceito de gestão e a sua associação a um planeamento eficaz do território veio a culminar no aparecimento da noção de sustentabilidade: utilização, pelo Homem, dos recursos no sentido de uma melhoria na condição humana (desenvolvimento) que, teoricamente, deverá poder manter-se indefinidamente (sustentado, continuado), promovendo o bem-estar e garantindo as condições de sobrevivência não apenas das gerações actuais, mas também das vindouras.

Neste âmbito tem vindo a assistir-se ao desenvolvimento de esforços continuados no sentido da conservação das espécies (recursos vivos de que o Homem necessita, hoje como ontem e, certamente amanhã, para a sua sobrevivência), mas estes só poderão vir a ter êxito com o reconhecimento de que estas possuem necessidades específicas de habitat e constituem parte integrante dos ecossistemas (comunidade e biótopos respectivos), uma vez que a vida na Terra é sustentada pelo Fluxo de Energia e pela Reciclagem dos Nutrientes.

É voz corrente que há inúmeras espécies ameaçadas de extinção. Dir-se-á que ao longo da história da Terra se extinguiram milhões de espécies... que num passado recente a alternância de períodos glaciares e inter-glaciares provocou milhares de extinções... e que a vida continua! Todavia deverá frisar-se que o que é preocupante na situação actual serão não tanto as extinções mas antes *o ritmo a que e o lapso de tempo em que* poderão ocorrer (uma curtíssima fracção da história da Terra). Assim, o tema da conservação das espécies tem vindo a adquirir uma enorme relevância. E grande parte das espécies ameaçadas devem esse seu estatuto à perda dos respectivos habitats por força da competição com o Homem (o mesmo se poderá dizer de certas tradições expressas, por exemplo, nos contos, *corpus* deste trabalho...).

A acção humana tem vindo a desencadear uma redução significativa da diversidade dos espaços naturais. Nos países ricos o Homem procura estender a todo o seu ambiente conceitos cada vez mais uniformes de usufruto e

---

<sup>22</sup> IUCN, 1980. *World Conservation Strategy*. WWF; ICBP in collaboration with FAO and UNESCO.



bem-estar; nos países pobres a necessidade de sobrevivência leva a uma exploração até à exaustão dos recursos naturais. A evolução da vida cria a diversidade. A uniformização e/ou a degradação dos espaços que o Homem tem vindo a promover atenta contra a manutenção dessa diversidade e, logo, promove o desaparecimento de um número apreciável de espécies.

Chegou certamente o momento de perceber que, tal como afirmado por Rosa e Guerreiro<sup>23</sup>...

o aumento do PNB não representa um aumento quantitativo e de igual direcção do bem estar, e muito menos da justiça social, antes resultando no principal factor de conflitualidade à escala mundial. Ou seja, a entronização do PNB, em detrimento de outros conceitos, como por exemplo o Bem-Estar Líquido, com a correcta contabilização dos custos ambientais e sociais devidos à obtenção do PNB, conduziu a sociedade de novo ao equivalente do Paleolítico, substituindo a luta das áreas de caça pela luta das matérias-primas. Em suma, o processo iniciado com o domínio agrícola degenerou, com uma concepção industrialista profundamente antropocêntrica de domínio da Natureza, num mecanismo de autofagia.

O acentuado e continuado crescimento da população humana e das suas necessidades tem vindo a conduzir a uma ocupação generalizada dos espaços pelo Homem e a determinar a redução drástica do espaço disponível para os outros habitantes do planeta. Com o aumento da população humana e seu domínio sobre o planeta, a ameaça às várias formas de vida também aumenta. Assim, considerando conservação como a gestão dos recursos da Terra de modo a recuperar e manter o equilíbrio entre as necessidades do Homem e das outras espécies, impõe-se a necessidade de conservar a biosfera como um sistema habitável estável, ou seja, mantendo-se como um sistema de suporte de vida. Foi neste contexto que a chamada conservação da biodiversidade ganhou uma particular relevância como uma prioridade absoluta, sob pena de o principal prejudicado ser o próprio Homem!

Constata-se, portanto, que a redução da biodiversidade que há muito tem vindo a acontecer, de forma crescente e com particular incidência neste século, é essencialmente resultante da acção directa ou indirecta do Homem. Não porque os seus componentes não possam ou não devam ser utilizados, mas antes porque não os tem sabido gerir, já que *Conservação é essencialmente gerir a utilização humana dos vários componentes dos ecossistemas, de forma a garantir a sua perenidade.*

A biodiversidade aparece assim como um dos *Valores Naturais* que, tal como os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia, e

---

<sup>23</sup> H.D.Rosa & J.A.Guerreiro, *Idem*.

do nosso legado histórico (construído e cultural), devem ser considerados como património nacional e constituir mais um factor de afirmação de uma identidade própria de Portugal, tanto à escala europeia como mundial.

O reconhecimento e a consciencialização de que este valioso património natural, juntamente com o património histórico e cultural a ele ligados de forma indissociável, constitui uma riqueza nacional, com valor não só em termos científicos, éticos e ecológicos mas também sob o ponto de vista sócio-económico, estético, recreativo e cultural, torna-se na primeira atitude que importa adoptar colectivamente.

A localização geográfica e as características geofísicas e edafoclimáticas do território português, modelado pela intervenção humana com intensidade e significado variáveis consoante as regiões e as épocas, deram origem a uma grande variedade de biótopos, ecossistemas e paisagens, mais ou menos humanizados, que representam a realidade nacional. Tais cenários propiciam um elevado número de habitats e albergam uma grande diversidade de espécies com os seus múltiplos genótipos. Esta realidade é, maioritariamente, fruto de uma forma extensiva e tradicional (humanizada) de utilização da natureza e da paisagem.

Jean-Marie Pelt fala da ‘mão-verde’ para referir a habilidade (mestria) que algumas pessoas têm (e outras não!) para lidar com as plantas, fazendo com que medrem e se desenvolvam. E comenta:

Se interrogarmos as pessoas de ‘mãos verdes’, elas afirmam que o humor do jardineiro ou do horticultor se repercute no aspecto das plantas: o estado de saúde e a estética dos vegetais reflectiriam o estado de alma da pessoa que deles se ocupa. A confirmar-se esta intuição, bastaria ver como os homens tratam o planeta para imaginarmos o seu estado de alma!<sup>24</sup>

Atente-se para o reconhecimento cada vez mais premente nos *fora* internacionais da necessidade de Gestão e Ordenamento, cuja principal ambição é assegurar que o desenvolvimento seja regulado por forma a beneficiar o maior número possível de pessoas, salvaguardando, no entanto, as particularidades intrínsecas e os processos bio-ecológicos relacionados com a capacidade de suporte da Vida e a sua perenidade...

...E isto foi o que todas as sociedades humanas conseguiram realizar, com um razoável sucesso, durante milénios. Apenas com a revolução industrial e com a generalização dos transportes rápidos a longa distância esta complementaridade Homem/Natureza foi rompida. Voltando ainda a Pelt:

---

<sup>24</sup> Jean-Marie Pelt, *As linguagens secretas da Natureza. A comunicação nos animais e nas plantas* (1996). Lisboa, Instituto Piaget, 1998, p. 191 e seguintes.



A ‘mão verde’ não é senão uma combinação entre conhecimentos teóricos adquiridos e conhecimentos empíricos resultantes da experiência, sendo o todo combinado com um sentido agudo de observação, carinho e muito amor.<sup>25</sup>

...É isto que estará ainda na memória (reserva natural) dos povos retida na tradição oral que ora se perscruta.

## ECOLOGIA E TRADIÇÃO

O conceito de ecologia (cunhado em meados do século XIX por Ernst Haeckel, cientista e pensador alemão) ajuda-nos a *traduzir* numa linguagem própria as relações ambientais patentes nos textos em estudo, os quais *tematizam mecanismos de sobrevivência e adaptação a que, extratextualmente, eles próprios estão sujeitos ou de que eles próprios estão dependentes*.

a) Por um lado, a ecologia representa, segundo Haeckel “a soma de todas as relações amiais ou antagonistas de um animal ou de uma planta com o meio inorgânico ou orgânico, neste incluindo todos os seres vivos”; “o conjunto de todas essas relações complexas consideradas por Darwin como condições de luta pela vida.”<sup>26</sup>

Influenciado por Darwin designadamente pela obra *Da Origem das Espécies pela Via da Selecção Natural*, aparecida anos antes (1859), Haeckel encontra na ideia de selecção proposta por Darwin o princípio da desigualdade fundamental das condições de existência impostas ao indivíduo pela vida e pela sociedade. Ao dar conta da multiplicidade e complexidade das relações entre os seres vivos<sup>27</sup>, Haeckel reflecte sobre a importân-

---

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> Jean-Marie Pelt, *A Natureza Reencontrada*. Lisboa, Gradiva, 1991, p. 27.

<sup>27</sup> Roger Dajoz relata em *Précis d'écologie* uma série de peripécias que manifestam a surpreendente relação entre os seres. É o caso das flores do trevo vermelho e das vespas que as fecundam. “Somente a vespa, escreve Darwin, visita o trevo vermelho, porque as outras abelhas não podem atingir o respectivo néctar; podemos, pois, considerar como muito provável que, se o género *vespa* viesse a desaparecer ou a tornar-se raro em Inglaterra, a violeta silvestre e o trevo vermelho se tornariam também raros ou desapareceriam completamente. O número de vespas em qualquer local depende, em larga medida, do número de ratos-dos-bosques, que destroem os respectivos ninhos e os favos de mel. Ora, o coronel Newman, que estudou longamente os hábitos da vespa, julga que mais de dois terços destes insectos são anualmente destruídos em Inglaterra. Por outro lado, todos sabemos que o número de ratos depende essencialmente do de gatos. E o coronel Newman acrescenta: observei que os ninhos de vespas são mais abundantes perto das aldeias e pequenas vilas, o que atribuo ao maior número de gatos, que destroem os ratos. É, pois, perfeitamente possível, conclui Darwin, que a presença de um animal felino numa localidade possa determinar ali a abundância de certas plantas devido à intervenção dos ratos e das vespas! Haeckel acrescenta então que o trevo, abundante graças aos gatos, serve de

cia da solidariedade entre os diversos elementos por forma a constituir uma “economia da Natureza” antecipando o conceito de ecossistema (“unidade de organização biológica composta de seres vivos em relação com o meio físico em que vivem”<sup>28</sup>; unidade “definida pelo seu funcionamento, isto é, pelo conjunto das inter-relações dinâmicas e funcionais existentes em todos os seus constituintes”) no qual os seres vivos, plantas, animais, homens, mantêm relações dialécticas de competição e de cooperação. Destas duas forças centrípeta e centrífuga resultam os equilíbrios fundamentais da vida.

“Desta nova visão da Natureza<sup>29</sup> (da qual fazem parte competições e cooperações....) iriam surgir no fim do século passado”, escreve Jean-Marie Pelt, “as noções de luta pela vida, de tensão, de adaptação, de resistência, de afrontamento e de crise, que desempenharão doravante papel essencial na interpretação dos fenómenos vivos.”<sup>30</sup>

b) Por outro lado, a tradição funciona segundo modelos próximos dos biológicos – ou não fosse o corpo a preservá-la e a transmiti-la. É um facto que os textos tradicionais ajudam o quotidiano de quem os transmite. Porque colaboram em múltiplas actividades laborais: ceifar, tecer, malhar o cereal, regar, etc; porque adormecem, seduzem, apaziguam, curam; porque divertem e ensinam. Não surpreende, pois, que lhes possa ser aposta a ‘categoria’ ecológica tal como Haeckel a propõe. Por um lado, estabelecem uns com os outros complexas relações de fraternidade lutando pela sobrevivência, por outro, ensinam o ser humano que os produz e transmite a saber viver, lutando com os meios à sua disposição face às agressões do meio exterior (como se os textos tradicionais mascarassem a sua própria morte à maneira daquele indivíduo que se mete dentro da panela e, quando vem a morte, assim escapa dela<sup>31</sup>...), adquirindo assim as características de adaptabilidade ou predis-

---

alimento principal ao gado e que os marinheiros comem sobretudo carne bovina; por consequência, os gatos contribuem para fazer da Inglaterra uma grande potência marítima.” E Jean Marie Pelt continua: “Thomas Huxel foi mais longe, ao sugerir que “as solteironas inglesas, devido ao seu imoderado amor pelos gatos, estão na origem do poder da marinha inglesa.” Por último, B. Fischesser, levando ao fim a nota humorística, estima que o poder marítimo da Grã-Bretanha, ao privar as esposas dos maridos e ao votar muitos homens ao celibato, tem incidência evidente sobre o número de velhas senhoras inglesas amorosas dos seus gatos. O anel de retroacção fica, assim, fechado.” (citado por Jean Marie Pelt, *Idem*, pp. 28-9).

<sup>28</sup> Jean Marie Pelt, *Idem*, p. 29.

<sup>29</sup> Para elucidar sobre o denso mas pouco determinado termo ‘natureza’, veja-se Gianni Micheli, “Natureza”, *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 18. Lisboa, Imprensa Nacional, 1990. pp. 11-54.

<sup>30</sup> Jean-Marie Pelt, *Ibidem*.

<sup>31</sup> “À morte ninguém escapa  
Nem o rei nem o papa



posição para a sobrevivência (o que faria com que textos, quadras ou contos importantes para a sobrevivência de uma determinada comunidade humana em virtude dos seus ensinamentos, se mantivessem com maior vigor na tradição oral).

Da matéria do Cancioneiro, por exemplo, pode-se falar como de uma arte de bem viver. As canções programam generosamente a existência humana: oferecem preceitos, regulam mecanismos corporais que atenuam o sofrimento e a dor, relacionam natureza e vida humana de forma a que mutuamente se esclareçam – qualidade de vida, chamam-lhe os ecologistas.

Quanto à natureza, vale a pena observar o modo como ela funciona intratextualmente: ora ameaçando o ser humano que busca algures protecção contra as intempéries naturais, ora ensinando através da sua sábia e milenar experiência<sup>32</sup>, ora carecendo de protecção porque o seu modo ‘natural’ de ser se degradou e se instalou, no seu lugar, um sucedâneo degradado e poluído. São disso exemplo textos populares mais recentes que não fazem evidentemente parte do ‘corpus’ recolhido por José Leite de Vasconcellos. Serão textos a considerar quando o mapa relativo ao ‘corpus’ de José Leite de Vasconcellos se tiver completado e for ocasião de alargar o tipo de estudo a ‘corpus’ mais recentes intentando assim dar conta de um eventual regime de alterações. De resto, tentar-se-á sempre prospectar a envolvente ambiental de cada situação no sentido de tentar caracterizar o habitat das diferentes espécies (vegetais e animais, por exemplo) inserindo-o, tanto quanto possível, no seu contexto temporal. Exemplificaremos esta feição arqueológica do trabalho (que permitirá visualizar a dinâmica de alterações ocorridas ao longo dos tempos) através do estudo da alimentação, o qual, sabemos já, permite determinar e ‘medir’ extractos geológicos no texto tradicional.

Partimos do princípio que, se os textos tradicionais são contados e cantados ao longo de gerações, é porque espelham interesses, revelam con-

---

mas escapo eu!  
Compro uma panela,  
meto-me dentro dela,  
tapo-me muito bem  
e, então, a morte passa e diz:  
– Truz, truz.  
Quem está aí?  
– Aqui? Aqui não está ninguém,  
Adeus meus senhores  
passem muito bem.” (de cor)

<sup>32</sup> Notável exemplo em “Água do rio vai turva/ Chega ao mar ‘acalerece’/ É muito tolo no mundo/ Quem por amores endoidece.” (quadra analisada por António Piano e por mim própria em *Abecedoria do Coração*. Lisboa, Vega, 1994).

teúdos eventualmente secretos mesmo para quem os transmite<sup>33</sup>, em suma, fazem subsistir concepções do mundo que ainda recolhem adeptos. De outro modo a lei da selecção natural teria agido no sentido da adaptação aos interesses mais imediatos da comunidade.

Podem lembrar-se aqui e a propósito, dois provérbios referidos por Eugene P. Odum e que nos chegam através de um grande percurso pelas gerações de experiência humana: “Variety is the spice of life” e “Don’t put all your eggs in one basket”.

E conclui:

a variedade [diversidade] entre os organismos vivos enriquece certamente as nossas vidas, mas tem também um valor muito prático. É muito mais seguro ter mais do que um tipo de organismo que possa completar uma função vital. Nunca sabemos quando é que uma dada espécie rara de planta ou animal poderá providenciar um novo medicamento ou ser necessária para substituir uma outra mais comum que rareie vítima de doença.<sup>34</sup>

O mesmo poderá aplicar-se aos textos que espelham as tradições. A diversidade de experiências que encerram serão (ou poderão vir a ser) importantes, pelo que fazem parte de um património de saberes que, embora relegado actualmente do ‘saber oficial’, poderão um dia vir a revelar-se, uma vez mais, importantes para a humanidade (ou parte dela). Também aqui não se guardam todos os ‘ovos da sabedoria’ num único cesto... Como disse um dia um jardineiro do Jardim Botânico de Lisboa ao Prof. Flávio de Resende:

Oh sr. professor, olhe que só nós todos é que sabemos tudo!<sup>35</sup>

Em diversos aspectos é, pois, a relação entre tradição e ecologia passível de ser estabelecida. Detenhamo-nos, para já, neste nível extratextual. Na sua obra sobre o mito, Hans Blumenberg<sup>36</sup> afirma que o repertório do contador/cantador é testado frente ao público, do qual dependia o sucesso ou desgraça da sua carreira, talvez mesmo o seu meio de subsistência; avança que muito material se há-de ter perdido por não ter o impacto suficiente que lhe proporcionasse resistir e vir um dia a ser registado – um processo a que Ana Paula Guimarães tem chamado de ‘registência’, cunhando um termo para especificar a capacidade de resistir até ser registado pela memória ou pela escrita; registar para resistir.

<sup>33</sup> René Guénon, *Symboles Fondamentaux de la Science Sacrée*. Paris, Gallimard, 1962.

<sup>34</sup> E. P. Odum, *Ecology: a bridge between science and society*. Massachusetts, Sinauer Ass. Inc., Publishers, Sunderland, 1997, p. 64.

<sup>35</sup> Ocorrência contada pelo saudoso Prof. Campos Rosado e citada de cor.

<sup>36</sup> Hans Blumenberg, *Work on Myth*, 2ª ed.. Cambridge, Massachusetts and London, MIT Press, 1990.



Assim sendo, o que chegou, um dia, a ser fixado na “memória do papel” terá sido o produto, não de um cuidado em tudo preservar (o qual uma atitude mais passadista pode pressupor) mas de um processo de seleção natural que não se compraz com lirismos nem nostalgias, que não poupa nada nem ninguém. Na expressão de Heidegger “o canto que nomeia a terra na qual canta, permanece” – como se durasse apenas o que valesse uma intimidade como a estabelecida entre o canto e a terra nomeada.

Aquilo a que Blumenberg chama “darwinismo das palavras” parece corresponder às condições de luta pela sobrevivência pela parte de organismos em complexas relações com o meio ambiente.

Porque se não poderia simplesmente aplicar sem ser pensada esta formulação “darwinismo de palavras” (do filósofo Hans Blumenberg quando trabalha sobre o mito e de Betsy Hearne, investigando o conto tradicional: “In a kind of Darwinian scheme of literature, the story that has the capacity to bear different meanings in different times and cultures will survive”<sup>37</sup>), convoque-se aqui o comentário do biólogo para ir avaliando da fertilidade desta relação entre a tradição e o darwinismo (seguidores e contestadores)<sup>38</sup>.

Ligando biologia e cultura sem extremar posições a favor ou contra o darwinismo (“A pound of biology and a pinch of culture or a pinch of biology and a pound of culture?”<sup>39</sup>), repensemos o funcionamento do texto tradicional em diversas situações. Se a biologia permite elucidar, por um lado, a experiência veiculada pelos textos (na relação homem-ambiente), por outro, ela ajuda a ‘ler’ o modo como o próprio texto se desenvolve, se adapta, define, renasce ou morre.

---

<sup>37</sup> Betsy Hearne, *Beauty and the Beast: Visions and Revisions of an Old Tale* University of Chicago Press, pp. 140-41.

<sup>38</sup> A tese fundamental comum às versões actuais do darwinismo é que a evolução dos seres vivos resulta apenas do acaso, filtrado pela seleção natural. Recentemente Rosine Chandebois acrescenta em *Para Acabar com o Darwinismo* (1993). Lisboa, Instituto Piaget, 1996, mais uma peça ao exercício de demolição do edifício neodarwinista e propõe uma teoria cibernética da evolução que descobre uma filogénese programada: “a evolução procedeu de forma diferente dos princípios darwinianos e responde a uma intenção” (p. 315). Citando Delsol (1985): “o acaso, como vimos, nada cria; ele explora as leis do desenvolvimento embrionário que já existiam potencialmente, e a mutação só faz aparecer uma novidade porque essa novidade podia aparecer” (p. 60).

Leia-se Richard C. Lewontin, “Adaptação”, “Mutação/Seleção” bem como Richard Lewontin e Richard Lewis, “Evolução”, *Enciclopédia Einaudi*, vol.8. Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, pp. 217-223, 288-300 e 234-287 bem como, em geral, a obra de Stephen Jay Gould ou Carl Sagan, por exemplo.

<sup>39</sup> Título do ensaio de Susan Sperling e Yewoubdar Beyene in *Women in Human Evolution* (ed. Lori Hager) London and New York, Routledge, 1997, pp. 137-152.

- A adaptação à mudança *tout court*. É dela excelente exemplo o recente trabalho de Candace Slater, *The Dance of the Dolphin* onde analisa histórias da Amazónia brasileira protagonizadas por golfinhos (“bôtos”) capazes de provocar loucura ou morte mas também com poderes curativos e xamânicos. Com a destruição da floresta amazónica, as histórias recolhidas por Slater ‘sofrem’ igualmente um curioso processo de transformação.

The stories’ openness to new elements and multiple interpretations makes them especially powerful commentaries on a shifting present.

As histórias de golfinho parecem ser exemplares da extrema plasticidade das formas simbólicas: o golfinho surge recentemente simbolizando o homem branco, “outra qualidade de gringo”, segundo expressão de uma mulher de Parintins, 44 anos, epígrafe de um capítulo sobre este aspecto contemporâneo assumido pelo golfinho ancestral<sup>40</sup>.

Escreve Candace Slater:

Recounted over an immense and extremely varied area by men and women of different ages, occupations, and geographic backgrounds, the stories cast light on the often seemingly autonomous forces that recent development policies have unleashed. Tales of superhuman forces, they also chronicle the looping, jagged course of changes that they have touched, and are now partially shaping, millions of individual lives.<sup>41</sup>

Recorde-se – a propósito não apenas da adaptação mas sobretudo da apropriação deslocando para a actualidade do informante factos históricos ou míticos – o comentário de uma informante que, ao recitar, um “Conde da Alemanha” explicava a Ana Paula Guimarães que a Alemanha do conde era onde a filha dela estava. E ainda uma outra cantando o “Lavrador da Arada”: ... “indo o lavrador”... Aí interrompe e corrige: “... indo não! vindo! Porque nós vínhamos – era – de Espanha, não íamos para lá!”

- As variações ambientais vantajosas ou desfavoráveis, propiciando a sobrevivência dos mais fortes ou dos mais funcionais (nem sempre os mais dignos, os melhores ou mais interessantes, por vezes, em termos literários, os mais convenientes).

Neste contexto de reflexão, relembrar-se-á o caso de um romance hoje praticamente extinto a não ser em dois versos que, pela sua fun-

<sup>40</sup> Candace Slater, *The Dance of the Dolphin*. University of Chicago Press, 1994, pp. 202-232.

<sup>41</sup> *Idem*, p. 242



cionalidade, lhe terão longamente sobrevivido. De resto, o romancista surge como “el género que mejor puede hacernos patente *la biología de una tradición poética*.”<sup>42</sup>

Situações a analisar serão também as do parentesco entre o romance e a balada peninsular, as quais também colocam questões de afinidade, transmissão de testemunhos ou mesmo de poderes que passam a caracterizar diferentes espécies. Vale ainda a pena pensar no caso exemplar da tradição romancística peninsular em estado latente durante o século XVIII (por censura e valorização do teatro iluminista) bem como o desinteresse mais ou menos ocasional de certas décadas pela etnoliteratura em geral.

Sabe-se que a tradição popular é incentivada e valorizada em países com urgência de caracterização de identidade nacional como, por exemplo, a Finlândia, no século passado, quando consagra Elias Lönnrot, o “Homero finlandês”, pelo seu trabalho de recolha e adaptação dos cantos tradicionais da Karelia, a Kalevala<sup>43</sup>.

- A questão da origem das espécies colocada por Vladimir Propp e passível de ser entendida segundo pontos de vista divergentes:

Por várias razões, podemos comparar o estudo dos contos ao das formas orgânicas da natureza. O folclorista, tal como o naturalista, ocupa-se dos géneros e das espécies de fenómenos essencialmente idênticos. A ques-

---

<sup>42</sup> Menéndez Pidal, *Romancero Hispânico*, vol.I. Madrid, Espasa-Calpe, 1968, p. 10 (subl. nosso).

<sup>43</sup> Ana Paula Guimarães, “Kalevala, Pátria dos Heróis”, *Ler*, nº 26, 1994.

Em 1822, Lönnrot inscreve-se na Academia de Turku para estudar Filosofia e Letras e conhece J.V. Snellman, teorizador do nacionalismo finlandês, personalidade que tal como ele próprio, em muito contribuirá para que a Finlândia—dominada pela Suécia durante setecentos anos e à data ligada ao Império russo enquanto grão-ducado independente—se reconheça e seja reconhecida enquanto detentora da sua própria língua, da sua própria memória, cultura e literatura.

Na sua primeira expedição pelo país, em 1828, Lönnrot sente que à sua missão de recolher textos orais se agrega a de poder reivindicar para o seu país e para a sua língua a autonomia de que carecem. A ruptura das ligações com a Suécia restabelecera todo um processo de busca da tradição nacional, o qual conduziria ao reencontro com o passado ugro-finlandês. Declarada uma vigorosa crise de identidade, a elite intelectual abandona a língua sueca e adota a língua falada pelo povo, uma maioria outrora sem voz, institucionalizando o finlandês e tornando-o língua de cultura. Lönnrot, profundamente crente no valor histórico das fontes recolhidas (o curso de medicina que terminara em 1832 não o impediu de se interessar pela mitologia ugro-finlandesa), envolve-se nesse processo de fundação da identidade nacional: colige textos transmitidos oralmente e estrutura o *Kalevala* tentando não apenas consagrar fontes etnográficas mas, sobretudo, desejando valorizar um passado histórico e impor ao mundo esta sua visão da Finlândia enquanto “país de heróis”, tradução do título da obra.

tão da origem das espécies, posta por Darwin, pode ser colocada também no nosso domínio. Não existe no nosso estudo, tal como na natureza, uma explicação directa, completamente objectiva e absolutamente convincente da semelhança dos fenómenos. O que nos coloca perante um verdadeiro problema. Em cada um destes casos, são possíveis dois pontos de vista: ou afirmamos que, no caso de dois fenómenos que não têm nem podem ter qualquer relação externa, a sua semelhança interna não nos conduz a uma raiz genética comum, e temos a teoria da génese independente das espécies; ou essa semelhança morfológica é interpretada como consequência de uma certa ligação genética, e temos a teoria da origem por metamorfoses ou transformações que remontam a uma determinada causa.<sup>44</sup>

- O pôr em causa da situação provisoriamente estabelecida pela variabilidade incessante da espécie e das suas condições de vida: por exemplo, no plano histórico, o romanceiro surge como herdeiro dos cantares de gesta para os substituir na função que cumpriam e que terão deixado de cumprir por volta do século XIV. Por sua vez, assinala-se a época de transição da poesia épica medieval castelhana como um transformar a “historicidade” em gradual “aumento de novelização”<sup>45</sup>.

Uma vez concluído o período de formação da nacionalidade, o expansionismo castelhano passa a descrever-se noutros géneros ou a reutilizar, através de refundições, os velhos heróis que lhe serviriam de “exemplo”. Por sua vez começa a sentir-se uma mudança de gostos na sociedade castelhana, pelo que os jograis começam a abandonar o carácter noticioso e informativo dos primitivos cantares de gesta, optando pela incursão em áreas até então não usadas pela épica medieval do centro da Península. O *Cantar de Rodrigo* é por excelência o documento que corresponde a este período de transição ou, como afirma Menéndez Pidal:

llega un tiempo en que la poesía heroica comienza a perder su imperio en las regiones apartadas de la vida política y social en que su dominio es siempre débil; entonces se refugia en el amor como en un apacible retiro, buscando allí el consuelo de su pérdida.<sup>46</sup>

<sup>44</sup> Vladimir Propp, “As Transformações dos Contos Maravilhosos”, *Morfologia do Conto*. Lisboa, Vega, s/d., pp. 201-2.

<sup>45</sup> Facto analisado por Pere Ferré na Introdução a *Romances Tradicionais*, Ed. Câmara Municipal do Funchal, 1982, p. 14.

<sup>46</sup> *La Epopeya Castellana A Través de la Literatura Española*. Madrid, Espasa-Calpe, 1974, pp. 93-4.



- A criação de condições de re-transmissão do objecto (texto) implicando o seu renascimento das cinzas para voltar a ser praticado: seria o caso da aparente não existência do fado em Alfama nos anos 80 até à potenciação e actualização deste género musical pelos antropólogos Maria de Dores Guerreiro e António Firmino da Costa em-estado-de investigação académica, afinal, desencadeadores de novas condições ‘ambientais’, dando origem à obra *O Trágico e o Contraste* publicado em Lisboa pelas edições Dom Quixote.

Veja-se também como o Padre António Lourenço Fontes tem recentemente criado condições para a preservação de formas de canto ao desafio organizando anualmente encontros de cantadores e assim motivando o interesse do público e, principalmente, dos participantes que assim se unem na conservação activa de um género peculiar.

A experiência particular de Ana Paula Guimarães permite referir aqui dois casos de reanimação de textos moribundos: um é o caso do “Róró” recolhido por António Mourinho, uma canção atrevida que frequentemente cantou à filha enquanto analisava o texto e escrevia “A mulher, o amante, o marido e o infante”<sup>47</sup> e que ela gostou de, por sua vez, cantar às irmãs, as suas bonecas favoritas: Laura e Alice.

O outro caso interessante de vivificação de um texto é o caso da “Oração ao deitar”. Conta Ana Paula Guimarães:

uma aluna de mestrado, a Lia, recitou-ma numa aula. Pedi-lhe que ma transcrevesse. Copiou-a numa folhinha que todos assinaram e dedicaram à Mariana que haveria então de a aprender de cor (a folhinha ainda ali está colada na parede por cima da cama...), rezando-a todas as noites antes de adormecer. Anos mais tarde, referi este facto numa turma onde a Carmen, mãe de um rapaz de 7 anos, me pediu para a passar a escrito. Ditei-lha. Passado um tempo vim a saber que a oração ao deitar foi de tal modo apreciada pela criança que a levou à escola. Por iniciativa da professora foi fotocopiada para todos os meninos da classe a levarem para casa e repetirem antes de adormecer.

- A situação de transmissão associada a um determinado espaço: os inúmeros casos em que a ocorrência de um determinado gesto ou a passagem por um determinado espaço desencadeia a recordação bem

---

A nível intratextual, caberá também procurar e eventualmente encontrar situações narrativas em que uma mudança de comportamento determina ou desencadeia aquilo a que os evolucionistas chamam a “pressão da selecção”: o caso do peixe primitivo que ‘escolhe’ explorar a terra onde mal se conseguia deslocar e que assim dá origem aos vertebrados quadrúpedes, anfíbios, répteis, mamíferos.

<sup>47</sup> *Nós de Vozes – Acerca da Tradição Popular Portuguesa*. Lisboa, Colibri, 2000.

como a recitação do texto. Não se pode deixar de mencionar como primeiro exemplo a “madalena” de Proust ou a parede de Cocteau<sup>48</sup>. Mas porque não também o caso da senhora que se não conseguia recordar da canção e desabafava: “Se ao menos eu estivesse a tocar as vacas, lembrava-me logo!”. Ou ainda os diversos casos evocados por Bruce Chatwin em *The Songlines*. O espaço desencadeia o canto constituindo, numa comunidade australiana, os chamados “trilhos do canto”<sup>49</sup>, geologicamente não visualizáveis mas cartografados pelo imaginário dos aborígenes australianos: “Pelo menos em teoria, toda a Austrália poderia ser lida como uma partitura. Dificilmente se encontrava um rochedo ou riacho que não pudesse ser ou não tivesse sido cantado.” Assim como “a distância entre dois sítios pode ser medida pela extensão do canto”, também “uma área de cascalho sem quaisquer características particulares equivalia, musicalmente falando, ao Opus III de Beethoven.”

E continua Chatwin:

Ao criar o mundo pelo canto, disse Arkady, os Antepassados tinham sido poetas no sentido original da palavra *poeisis*, que significa “criação”. Nenhum aborígene podia conceber que o mundo criado pudesse ser imperfeito. A sua vida religiosa tinha um único objectivo: manter a terra como sempre fora e deveria ser. O homem que partia pelo deserto fazia uma viagem ritual. Seguia as pegadas do seu Antepassado. Entoava as estrofes dele sem mudar uma palavra nem uma nota musical – e recriava assim a Criação.

– Às vezes – disse Arkady – vou em passeio pelo deserto com os meus “velhos” e, de repente, ao chegarmos a uma fileira de dunas, todos eles se põem a cantar. “O que é que vocês estão para aí a cantar?”, pergunto-lhes. E eles respondem: “Estamos a cantar o território, patrão. Faz o território aparecer mais depressa.”

Os Aborígenes não conseguiam acreditar que o território existisse antes de o terem visto e cantado – exactamente como, no tempo do Sonho, o território não existia até os Antepassados o terem cantado.<sup>50</sup>

Comparáveis às “ley-lines” (antigos círculos de pedra, menires e túmulos dispostos em linha em toda a Grã-Bretanha), às “linhas do dragão” do *feng-shui* (geomancia chinesa tradicional), às “pedras cantantes” dos Lapões ou mesmo às “linhas” de Nazca gravadas no

---

<sup>48</sup> Ana Paula Guimarães, *Olhos, Coração e Mãos no Cancioneiro Popular Português*, p. 192.

<sup>49</sup> Bruce Chatwin, *O Canto Nómada*. Lisboa, Quetzal, 1995, p. 24.

<sup>50</sup> *Idem*, p. 25.



deserto do Peru Central (“uma espécie de mapa totémico”<sup>51</sup>), os “trilhos do canto” podiam também ser entendidos como “a Arte da Memória ao contrário”. Ao passo que, “os oradores da época clássica, Cícero e os seus predecessores, construíam palácios de memória associando os seus discursos a estruturas arquitectónicas imaginárias; depois, tendo percorrido todas as arquivadas e colunas, podiam memorizar enormes porções de discurso”, denominando-se essas partes *loci* ou “lugares”, “na Austrália, os *loci* não eram uma construção mental, pois há muito existiam sob a forma de acontecimentos do Tempo do Sonho.”

- A recorrência de certas espécies (motivos) em determinadas zonas do globo recobrando, contudo, particularidades autóctones. Notemos o que escreve Isabel Cardigos em “Caipirinha ou Coca Cola? Do regionalismo e internacionalismo dos contos populares”:

Sobrevivem os contos populares que, ao transcenderem barreiras nacionais e linguísticas o fazem criando raízes autóctones nos locais de transmissão. (...) É neste sentido que podemos dizer que é graças a terem-se tornado verdadeiramente nacionais que alguns contos são universais.

Não é isto que se passa, por exemplo, ao nível das espécies vegetais? Não se pode falar de espécies universais assumindo características próprias em cada região? Um provérbio muito repetido possui maior índice de variabilidade, tal como uma espécie....

Citamos Vittorio Santoli pela mão de Calvino:

A circulação internacional na comunhão não exclui a diversidade que se exprime mediante a adoção ou recusa de certos motivos, a predileção de certas espécies, a criação de certas personagens, a atmosfera que envolve a narrativa, as características do estilo que reflectem determinada cultura formal.<sup>52</sup>

E confirma o próprio Calvino:

a fábula, qualquer que seja a sua origem, está sujeita a absorver alguma coisa do lugar onde é narrada – uma paisagem, um costume, uma moralidade, ou então apenas um vago sotaque ou sabor daquela região.

---

<sup>51</sup> *Idem*, p. 344

<sup>52</sup> Italo Calvino, *Fábulas Italianas*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 17-18.

Escreve Bráulio do Nascimento a propósito a migração dos contos populares para a América, partindo da Península Ibérica já no século XVI:

Os estudiosos da nossa literatura oral podem datar, naquele século, o início do processo de aculturação das fábulas, que circulavam nas aldeias europeias e passariam a correr as praias, planícies e florestas do Novo Mundo. E aqui, encontrando-se com a cultura local, confrontando-se, mesclando-se, influenciando-se, tingindo-se de novas cores, as versões europeias, com suas raízes orientais milenares, se renovaram; trocaram os velhos leões e raposas pelo cágado, pelo teiú, pela onça, pelo jaboti, pelo urubu, pelo coelho, pelo cotia, pelo quirquincho, pelo chingolo e até o gato pelo macaco<sup>53</sup>.

É sobremodo relevante o fato de sabermos o momento do último salto continental dos contos populares. A contribuição africana, muito importante, viria em outros navios, em condições trágicas; porém, numerosos desses contos já haviam aportado na América através das correntes portuguesa e espanhola. Podemos assim, privilegiadamente, indicar nos velhos mapas a partida da Península Ibérica, das colônias ultramarinas, da África, da nossa literatura oral.

Passados cinco séculos da chegada de espanhóis e portugueses às praias da América, é matéria de grande interesse verificar o estado actual dessas culturas transplantadas e os resultados da luta secular entre os elementos autóctones e os elementos adventícios. O estudo do tema, em profundidade, não tem conotação saudosista, muito ao contrário, vem revelar a pujança do elemento local na seleção, assimilação e transformação dos múltiplos componentes, levando a afirmar-se um feixe de traços culturais específicos que, não obstante o lastro universal, aponta indubitavelmente para uma individualidade nacional.<sup>54</sup>

Estudando diversas versões de “Os Trabalhos da Semana”, J.M. Fraile e S.W. Shahak escrevem a propósito da comparação dos motivos temáticos da canção em diversas regiões:

merced a un mecanismo muy hábil de adaptación, propio de la literatura oral, las versiones judeo-españolas reemplazando la rueda por el bastidor, han sustituido la tarea del hilado por la del bordado, más propia ésta

---

<sup>53</sup> Na versão do *Gato de Botas* (AT 545), recolhida em Sergipe, no século passado, por Sílvio Romero, o esperto gato foi substituído por um macaco, que realiza as proezas com igual desenvoltura.

<sup>54</sup> “Pedro Malasartes na Tradição Luso-Brasileira”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 9, Julho de 1993, pp. 43-55.



última de las sociedades urbanas donde los sefardíes vivían con preferencia.<sup>55</sup>

- Características inicialmente desfavoráveis revelando-se favoráveis ou inversamente: se a própria existência da televisão ou de certos meios tecnológicos parece pôr em causa a pertinência da performance oral (o contar dos contos ao serão, por exemplo), ela pode também favorecer determinadas práticas tradicionais se ‘agir’ incentivando a produção/transmissão de textos pela apresentação de documentários etnográficos, ‘workshops’, vídeos e outros trabalhos do âmbito artístico. Haveria apenas que pensar esses meios de forma interactiva e não como, até há alguns anos, um poderoso canal de inculcação de determinados valores dominantes.

\*

Não choca pensar nos textos orais como textos sujeitos a mecanismos de luta pela adaptação ou mesmo pela sobrevivência. Blumenberg recorda-nos que toda a mitologia homérica ou indiana passada algures, talvez tardiamente, a escrito, bem como toda a produção oral transmitida por informantes no seio de diversas comunidades, têm de ser pensadas como um resultado de anos e anos a contar histórias durante os quais se testava junto do público o impacto de personagens, acções, ritmos ou rimas determinadas. Da ‘optimização’ desse processo faz parte um trabalho de construção mas simultaneamente de destruição, quer pela parte do contador, quer pela parte do seu público. Tal como acontece com a evolução terrestre, animal e especificamente humana, também a génese dos mitos não pode ser directamente observada; talvez nem sequer exista para documentar esta última os fósseis que documentam a primeira.

O contínuo processo de selecção deve ser conceptualizado sob pena de se permanecer *encantado* com a sobrevivência de epopeias orais sem tentar detectar modelos que esclareçam a razão e a forma dessa perdurabilidade. Blumenberg reflecte sobre hipóteses de interpretação genética dos mitos, sem cair em perspectivas extra-míticas (psicológicas, rituais, astronómicas, etc.) mas considerando a própria génese do mito no seu decorrer em condições ambientais específicas sujeitas ao critério impiedoso imposto pela lei da selecção. Por outro lado, Blumenberg considera estáticas todas as interpretações da pregnância de um mito que não tenham em conta o seu carácter evolutivo, a sua existência dialéctica e dinâmica ao longo dos tempos.

---

<sup>55</sup> *Elo*, nº 2, 1996, p. 146. No mesmo número da revista, Dias Marques apresenta um caso de “transformação moralizadora”<sup>55</sup> em “E tudo acabou em bem”, estudo sobre o romance “A Delgadinha”, um dos mais correntes da tradição oral moderna.

Depois de ter mencionado a polémica passagem da evolução animal à evolução do ser humano precisamente porque o termo *selecção* é entendido em termos estritamente biológicos, Hans Blumenberg afirma:

*The organic system* resulting from the mechanism of evolution *becomes 'man'* by evading the pressure of that mechanism, which it does by setting against it something like a phantom body. This is the sphere of his *culture*, his *institutions* – and also his *myths*... The conditions of selection no longer reach and have an effect upon man as a physical system to the extent that *he has learned to subject his artifacts and instruments, instead of himself, to the process of adaptation*... It is to these rather than to their producer, that the ‘survival of the fittest’ applies.<sup>56</sup>

As produções orais pertencem ao corpo do homem mais do que aos artefactos e instrumentos que possui? Qual é o seu grau de parentesco com o homem? Colam-se-lhe à pele e são por isso, hoje em dia, menos sujeitas a adaptação e a mudança? Ou fazem parte desse tal corpo-fantasma que é a cultura, as instituições? Por serem ou funcionarem como *crenças*, as produções orais não estão menos sujeitas à selecção operada pelos tempos? Até que ponto as produções orais passadas a escrito perdem ou ganham ao ter deixado (deixaram?) de estar sujeitas à lei da selecção? Isto é mitificá-las demasiado? Pode o homem viver sem superstições (aquilo que sobrevive)? O que sobrevive resiste à mudança ou tem de mudar para sobreviver?

Poder-se-á seguidamente perguntar o que é a sobrevivência e o que a causa. Segundo Tylor em *Primitive Culture* de 1871, “survivals are processes, customs, opinions and so forth, which have been carried on by a force of habit into a new state of society different from that in which they had their original home...”<sup>57</sup>.

Blumenberg utiliza para o “progresso objectivo” da ‘evolução’, a nível da tecnologia mas também da teoria, o termo *instituição* (do antropólogo e filósofo alemão Arnold Gehlen<sup>58</sup>): modo de comportamento ou estrutura de pensamento que não foi racional ou intencionalmente construída mas simplesmente herdada e assumida (“inherited and taken for granted”), sem qualquer justificação explícita, tal como “este é o nosso modo de fazer” ou “este é o nosso modo de pensar”.

A literatura tradicional oral cumprirá assim, de acordo com Gehlen, o seu papel *institucional*. Tem sido produzida por séculos de selecção natural,

<sup>56</sup> Hans Blumenberg, *Idem*, p. 165 (subl. nosso).

<sup>57</sup> Tylor, cit. por Blumenberg, p. 647.

<sup>58</sup> Arnold Gehlen, *Urmensch und Spätkultur*. Bonn, Athenäum, 1956, cit. in Blumenberg, *Idem*, p. XXII.



é qualquer coisa de óbvio no universo do ser que a detem e transmite. Não se questiona, é tomada como uma garantia. Não raras vezes se espanta o informante quando se lhe pergunta: Porquê? É assim porque é assim. Há que cumprir o gesto “como pertence”, “como convem”, “a preceito”.. E o preceito não se explica, aplica-se.

Na formulação de Cassirer: “The past itself has no ‘why’: it is the why of things.”<sup>59</sup>

Tentando libertar-se das interpretações psicanalíticas e da noção de arquétipo, Blumenberg propõe um caminho que se afaste da ilusão criada pela perspectiva temporal e que se liberte tanto quanto possível das balizas históricas. Se Shakespeare é nosso contemporâneo (remeto para o título da obra de Ian Kott), Homero e Hesíodo, supostamente autores mais antigos, não menos o são. De facto, segundo Blumenberg, somos ludibriados pela historiografia (facto que a literatura tradicional, sem dúvida, corrobora: um texto tradicional hoje recolhido pode ser mais arcaico do que um texto publicado por escrito no século XVI):

what appears on the basis of the written evidence that has come down to us as something very early and old must be regarded from the point of view of the history of man as something very late and already coming close to us in time. Here writing makes the accidental difference. (...) Writing undoubtedly promotes permanence, but it did not produce what it was given the job of preserving. For a culture of writing, what is more characteristic is the corruptibility of the sources, which arises from the copyists’ lack of understanding of what they have to transmit.<sup>60</sup>

E Blumenberg continua:

The mode of writing makes it possible for variants to have a point of reference. What is new in each case does not take the place of what it goes beyond, and make it disappear, but it simply superimposed on it, and produces – the history of literature. At the same time it produces the stimulus to make one’s bold venture visible in the form of a variant. Transfiguration is made possible only by contrast with a configuration that is enduring.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> Cassirer, cit. por Blumenberg, *Idem*, p. 161.

<sup>60</sup> Hans Blumenberg, *Idem*, p. 151-2. A este propósito veja-se: Roger Dragonetti, *La vie de la lettre ao Moyen Age* (1980); A.G. Hamann, *L’épopée du livre* (1985), obras onde se inclui reflexão sobre a presença de copistas e editores enquanto parte da cadeia de transmissão do texto registado.

<sup>61</sup> Hans Blumenberg, *Idem*, p. 152.

O que é a perdurabilidade? Que factores a proporcionam? Apenas a escrita? Ou há algo mais a fazer permanecer o que aparentemente já não tem funcionalidade? A crença?

A propósito do livro de Walter Burkert, *Creation of the Sacred: Tracks of Biology in Early Religions* (Harvard University Press, 1996), escreve Daniel C. Dennett:

Any phenomenon that apparently exceeds its functional justification cries out for explanation. The activity is, in a word, uneconomical, and as the economists are forever reminding us, there is no such thing as a free lunch. Evolutionary biologists agree: in the long run, features of the evolving world do not persist unless they can pay for themselves.<sup>62</sup>

Relacionemos este desinteresse para a economia<sup>63</sup> (ou antes, para os economistas) de uma actividade não funcional com os dados estudados relativamente a géneros tradicionais, romanceiro e contos, tanto numa perspectiva histórica como a nível de modificações intratextuais. Assim se poderá pensar o papel apenas aparentemente antagónico desempenhado tanto pela memória como pela imaginação, afinal, duas vertentes mutuamente fertilizadoras; assim se poderão analisar relações entre texto e meio não baseadas em valores estritamente económicos mas radicados em aspectos do foro íntimo: seja a necessidade de dar o amor a entender, seja a feição lúdica e gratuita do quotidiano.

Para finalizar, retome-se a relação entre tradições e ecologia, estabelecida desde o título, no sentido de esclarecer eventuais equívocos.

Não se pretende de forma alguma olhar nostalgicamente a tradição ou entender a ecologia como um fundamento para essa nostalgia face ao que passou. Nem *acabou* a tradição nem a ecologia visa apenas reconstituir uma Natureza perdida como os meios de divulgação parecem por vezes dar a entender. Ambas se revestem de uma mesma necessidade de *reflexão-sobre*: sem descambar em nostalgias românticas, em demagogias nacionalistas ou folclóricas, em vanguardismos abstraccionistas ou outros modismos. Ambas visam a interpretação dos fenómenos actuais tendo por base o seu percurso actual, mas também os ditames da evolução/selecção de espécies e ecossistemas/ saberes e comportamentos humanos adaptativos – as raízes explicam muito do que actualmente se passa, iluminando factos que sem essa luz

---

<sup>62</sup> “Appraising grace”, *The Sciences*. Fev. 1997, p. 39.

<sup>63</sup> Em grego ‘nomos’ significa pastagem. O nómada era o chefe do clã e presidia ao aluguer das pastagens. ‘Nomos’ passou a significar lei, distribuição justa. (Bruce Chatwin, *Idem*, p. 205)



vinda dos tempos passados, estariam condenados a permanecer obscuros. De facto, os conceitos ecologia e tradição não se constroem, como poderá parecer, sobre a oposição nacionalismo-cosmopolitismo (no que diz respeito ao espaço) nem sobre o binómio antigo-moderno (relativamente ao tempo). Nem a *cultura* constitui, de forma linear, um simples prolongamento da *natureza* (“a natureza do homem é a cultura” Bernardo Bernardini<sup>64</sup>), nem a *tradição* renega a criação e a inovação (marca do humano), nem a *ecologia* assenta bases num nostálgico regresso a um passado supostamente mais ‘natural’ (o mesmo talvez não se possa afirmar de alguns *ecologismos* contemporâneos...).

Caberá aos filósofos do ambiente elaborar uma teoria dos deveres para com a natureza<sup>65</sup> estabelecendo aquilo a que se poderia chamar, na esteira de Luc Ferry, uma “nova ordem ecológica”. Caberá aos filósofos da tradição reflectir sobre as não menos complexas relações entre as heranças patrimoniais (orais e escritas) e o direito à inovação, garantia da liberdade, apanágio do humano, sua/nossa vantagem sobre o animal. Cabe nesta proposta de trabalho reflectir e questionar a nova ordem ecológica subjacente aos ‘velhos’ textos tradicionais portugueses.

Antes de terminar sinalizaremos algumas direcções primordiais e algumas rotas perigosas porque profundamente enraizadas em paradigmas perdidos: ecologia e tradições serão palavras conotadas com ideologias nacionalistas e fascizantes. Recordemos que tiveram mesmo a mais alta cotação entre ideólogos nazis, regulamentadores por excelência dos deveres para com a natureza e dos direitos dos animais: *Tierschutzgesetz* de 24 de Novembro de 1933, *Reichjagdgesetz* de 3 de Julho de 1934, *Reichnaturgesetz* de 26 de Junho de 1935, sendo esta última considerada “um monu-

---

<sup>64</sup> *Introdução aos estudos etno-antropológicos* (1974). Lisboa, Edições 70, s/d.

“A cultura é a rede de significados que o homem mesmo urdiu e a sua análise não deve ser uma ciência experimental que busca leis mas sim uma ciência interpretativa que quer entendê-las.” Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures*. USA, Basic Books, Inc., 1973, p. 5.

Veja-se também Gilberto Mazzoleni, *Idem*, pp. 39-57 (“O selvagem entre natureza e cultura”), muito especialmente as páginas 44-47 sobre o estado de natureza e o estado de cultura. Ainda na mesma obra, ler atentamente pp. 81-106: “Relativismo absoluto e história”, capítulo que começa com as seguintes palavras:

“Por volta de metade do século XX os especialistas (mas, em seguida, também os não especialistas) afirmam com determinação crescente que existem civilizações diferentes, que se deve falar de “civilizações primitivas” (e não simplesmente de povos primitivos), em suma, que existiu e existe sobre este nosso planeta uma pluralidade de culturas. Era este um passo à frente no caminho (ocidental) da “compreensão” do outro: não mais homens de “natureza” ou povos de hábitos aberrantes, mas modelos culturais mais ou menos autônomos que requerem inequívoco reconhecimento por parte dos ocidentais.”

<sup>65</sup> Luc Ferry, *Idem*, p. 198.

mento da ecologia moderna”<sup>66</sup> por antecipar as teses filosóficas da actual *deep ecology*. Nos dois casos, escreve Ferry, “estamos perante uma mesma representação *romântica e/ou sentimental* das relações da natureza e da cultura, ligada a uma comum valorização do estado selvagem contra o da (pretensa) civilização.”

Na obra de 1942 intitulada *Protecção da natureza como tarefa cultural popular e internacional*, o biólogo Walther Schoenichen, um dos principais teóricos nazis da protecção do ambiente, explicita qual a noção de natureza no quadro do pensamento nacional-socialista: objectos e fenómenos que se fizeram por si mesmos, que excluem qualquer intervenção humana.

A curiosa semelhança entre a concepção nazi e os tão dignos propósitos da *deep ecology* advêm do facto de, em ambos os sectores, se pensar o mundo natural como “*em si mesmo digno de respeito*, independentemente de se ter ou não em consideração os seres humanos.”<sup>67</sup>

Segundo uma terminologia já clássica nas universidades americanas, *deep ecology* opõe-se a *shallow ecology*. A primeira tem sido propugnada por movimentos extremistas: se a modernidade antropocentrista é um “desastre total”<sup>68</sup>, “importa fazer o elogio da diversidade, da singularidade, da particularidade, portanto quer do “local” (versão-esquerda da ecologia profunda), quer do “nacional” (versão-direita)”. É, pois, uma ecologia profunda, ecocêntrica ou biocêntrica. A segunda é uma ecologia superficial, ambientalista, fundada no velho antropocentrismo<sup>69</sup>.

Segundo a visão *deep*: “Não será o homem um factor biológico de selecção natural, tal como o foram os grandes predadores ao longo das eras biológicas (as que dizem respeito à história da vida, em particular da vida organizada)?”<sup>70</sup>

Mas é a capacidade de reflexão, dada ou conquistada, que coloca o homem no lugar de análise onde ao direito de agir se sobrepõe o dever de preservar. Subscrevemos a posição de Luc Ferry: “são as *ideias*, e não os objectos enquanto tais, que estão na base de juízos de valor que *só os homens são capazes de formular*: os fins *éticos, políticos ou jurídicos* nunca estão “domiciliados na natureza”, que apenas conhece finalidade extra-morais.”<sup>71</sup>

---

<sup>66</sup> Luc Ferry, *Idem*, p. 140.

<sup>67</sup> Luc Ferry, *Idem*, p. 148.

<sup>68</sup> Luc Ferry, *Idem*, p. 31.

<sup>69</sup> Claude Allègre, *Ecologia das Cidades, Ecologia dos Campos*. Lisboa, Instituto Piaget, 1996, p. 194; Jean Marc Drouin, *Idem*, pp. 151-160.

<sup>70</sup> Claude Allègre, *Idem*, p. 130.

<sup>71</sup> Luc Ferry, *Idem*, p. 196-7.



Dá que pensar esta relação geocêntrica que, ao contrariar a histórica e mais comum posição antropocêntrica, remete o próprio conceito de *visão do mundo* para um inevitável paradoxo: a ser linguisticamente correcto, dir-se-ia que esta visão não dependerá exclusivamente dos olhos humanos ou animais mas de um possível olhar do elemento, pedra, fonte ou estrela sobre o mundo que as contextualiza sem as privilegiar. É justamente esta dinâmica de olhares que, acreditamos, vale a pena detectar e analisar nos textos da tradição popular portuguesa.

Julgamos que as relações entre os vectores tradição e ecologia – parentes por etimologia: quem recebe aquilo que é transportado pelo tempo (*traditio*) constitui, guarda, preserva um saber da casa, da terra (*oikos logos*) – terão inevitavelmente de passar por esta abordagem histórica do problema através da explicitação de concepções diversas de natureza, ser humano, animal e *ambiente*, por exemplo. Este último termo remeterá etimologicamente para o homocentrismo por pressupor que a natureza existe *em redor de* (ambiente, *environment*, *environnement*) do homem e que se a defendemos é, em última ou mesmo primeira instância, porque queremos salvar a pele. Ou como alguém já disse:

os dinossáurios também se extinguiram, mas a vida continua”<sup>72</sup>

Esta atitude corresponde, aliás, a uma atitude ambientalista (*shallow ecology*), uma posição que não questiona o lugar central do homem. Escreve Claude Allègre para a definir:

À noção de indivíduo humano protegido pela lei, vem somar-se a protecção do seu *habitat* natural. A árvore não é protegida enquanto tal, mas sim porque é útil ao bom equilíbrio entre o homem e o seu meio ambiente. A natureza é respeitada em função da sua utilidade para o homem. (...) Ele é a finalidade para que tudo converge.<sup>73</sup>

Os textos tradicionais revelarão, numa atitude muito mais radical, um ser humano que não é a figura central da natureza; não vive **na** terra mas convive **com** a Terra. Ao conto agradaria a visão fundamentalista da *deep ecology*, uma ecologia profunda, ecocêntrica ou biocêntrica.

---

<sup>72</sup> Prof. Galopim de Carvalho, palestra realizada em Angra do Heroísmo no âmbito do “II Encontro Ambiente, Turismo e Cultura” (1991), organizado pelo Centro Nacional de Cultura e pela Secretaria Regional do Turismo e Ambiente (citado de cor).

<sup>73</sup> *Idem*, p. 195.

Segundo Luc Ferry, o que melhor ilustra esta atitude é a *juricidade* de todos os elementos da natureza. Para estes ecologistas fundamentalistas, segundo Allègre, “existe um direito dos animais, um direito das árvores e, porque não, um direito das pedras e das paisagens. Quando se destrói uma espécie, quando se corta uma árvore, deve-se ser levado a tribunal e condenado, em virtude de um direito da natureza que se impõe hierarquicamente aos do homem, uma vez que este não passa de um subproduto seu.”<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> *Ibidem.*